
ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS: levantamento dos tipos de documentos sacramentais da Igreja Católica

Ecclesiastical archives: a survey of the types of sacramental documents of the Catholic Church

Isabel Vargas Rosa (1), Maria Fabiana Izídio de Almeida (2)

(1) Universidade Estadual de Londrina, Brasil, ivr.bel121@gmail.com

(2) maria.fabiana@uel.br



Resumo

A presente pesquisa aborda a relevância dos arquivos religiosos no campo da Arquivologia, destacando sua importância para a preservação da memória histórica e documental das instituições religiosas. O tema é justificado pela lacuna existente na produção acadêmica sobre arquivos eclesiásticos no Brasil. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar os tipos documentais procedentes dos sacramentos da Igreja Católica, a partir de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Foram utilizadas as metodologias de levantamento bibliográfico, análise documental, pesquisa de campo e complementada pela pesquisa participativa. Os principais resultados evidenciaram diversos documentos específicos aos sacramentos da Igreja Católica. Esses documentos refletem não apenas os aspectos religiosos, mas também um profundo valor histórico e social, evidenciando a relação entre práticas eclesiásticas e a sociedade. O trabalho ressalta a relevância de assegurar a preservação e acessibilidade desses acervos, contribuindo tanto para o fortalecimento institucional da Igreja quanto para a pesquisa histórica e cultural. A pesquisa também destaca a contribuição do tema para ampliar o campo de estudos da Arquivologia, indicando potenciais áreas para investigações futuras, bem como contribuir com os arquivistas que venham atuar neste campo.

Palavras-chave: Arquivologia; Igreja Católica; Sacramentos; Arquivo Eclesiástico; Tipologia documental.

Abstract

This research addresses the relevance of religious archives in the field of Archival Science, highlighting their importance for the preservation of the historical and documentary memory of religious institutions. The theme is justified by the gap in academic production on ecclesiastical archives in Brazil. The general objective of this research was to identify the types of documents originating from the sacraments of the Catholic Church, based on qualitative and exploratory, descriptive and pure research. The methodologies used were bibliographical survey, documentary analysis, field research and complemented by participatory research. The main results showed several documents specific to the sacraments of the Catholic Church. These documents reflect not only religious aspects, but also a profound historical and social value, evidencing the relationship between ecclesiastical practices and society. The work highlights the efficient importance of ensuring the preservation and accessibility of these collections, contributing both to the institutional strengthening of the Church and to historical and cultural research. The research also highlights the contribution of the theme to expanding the field of studies in Archival Science, indicating potential areas for future investigations, as well as contributing to archivists who come to work in this field.

Keywords: Archival Science; Catholic Church; Sacrament; Ecclesiastical Archive; Document Typology.

1 Introdução

A Arquivologia contribui com a gestão e preservação de documentos administrativos e históricos de diferentes ramos. Para os documentos eclesiásticos, não é diferente, caracterizado como arquivo privado, a gestão desses documentos colabora com o acesso dos usuários internos, porém alguns documentos que estão presentes nesses arquivos podem ter um valor social, permitindo que a comunidade tenha acesso à pesquisa. Somado a isso, a preservação desses documentos colabora com a memória das instituições religiosas.

Com base no documento, surge assim o arquivo, com o intuito de preservar e salvaguardar os documentos registrados conforme as atividades desenvolvidas “[...] por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (Ladislau, 2018, p. 11). Sendo assim, os documentos que podem ser encontrados em arquivos eclesiásticos são gerados por consequência das atividades religiosas e administrativas, próprias desse tipo de entidade.

Entende-se por arquivo eclesiástico o “[...] conjunto de documentos, registros e memoriais relativos à origem, fundação, desenvolvimento, história, direitos, privilégios e constituição de uma diocese, mosteiro ou ordem religiosa sob a jurisdição da Igreja” (Silva; Borges, 2009, p. 41). O termo também se aplica ao local no qual tais registros e documentos são mantidos ou armazenados. No que se refere à Igreja Católica, foco desta pesquisa, os ritos e suas atividades são regidos pelo

Código de Direito Canônico (CDC), que foi promulgado pelo Papa São João Paulo II, em 25 de janeiro de 1983, até então o Código vigente era do ano de 1917. Com mais de 100 anos, entende-se que o CDC se tornou um elemento orientador para os cristãos, na compreensão dos seus direitos e responsabilidades uns para com os outros e com a comunidade eclesiástica.

Diante do exposto, coloca-se como questão problema dessa pesquisa: Quais são os tipos de documentos procedentes dos sacramentos da Igreja Católica? Para responder essa questão foi estabelecido o seguinte objetivo geral: identificar os tipos de documentos sacramentais da Igreja Católica, a fim de contribuir com o arcabouço teórico sobre os arquivos eclesiásticos.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, em relação aos objetivos é exploratória e descritiva. Para nortear essa pesquisa, estabeleceu como metodologia de pesquisa o levantamento bibliográfico, com análise documental, seguida de pesquisa de campo e pesquisa participativa, uma vez que documentos de uma das autoras foram utilizados nesta pesquisa.

O tema justifica-se pela lacuna existente na produção acadêmica sobre arquivos eclesiásticos no Brasil. Tognoli e Ferreira (2017) explicam que o tema documentos eclesiásticos merece total atenção perante a comunidade científica, deve ter um olhar e incentivo de novos estudos voltados para esses documentos, uma vez que sua importância para a construção da memória de uma sociedade é, ainda, objeto de escassa discussão na área da Arquivologia como campo de conhecimento e a área de arquivo como área de práticas.

2 Referencial Teórico

2.1 Tipologia Documental

A Arquivologia compõe-se de princípios, teorias e metodologias que orientam suas *praxis*, que devem ser conduzidas para atingir os objetivos e fundamentos da área. Os propósitos da Arquivologia derivam principalmente da capacidade de acessar informações em recursos arquivísticos (Schmidt, 2012).

Calderón (2013) explica que, a história dos arquivos é caracterizada pela sua significativa participação na administração e pelo desejo humano de criar e preservar registros documentais,

que pretendem fortalecer proteções individuais e coletivas como meio fundamental do cidadão para se resguardar do poder dominante da administração governamental.

Para Paes (2004, p. 16) “[...] arquivo é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”.

Vale destacar que, o que diferencia um documento de outras formas de informação registrada é a sua capacidade de transmitir significado e servir como prova de uma determinada transação, evento ou decisão (Tanus; Renau; Araújo, 2012). Essa definição destaca a importância do contexto na compreensão da natureza e da finalidade de um documento, bem como a necessidade de uma gestão e controle informacional no momento desses registros.

Existem características que distinguem um documento de outros registros, que incluem: exclusividade, confiabilidade, integridade, identidade e autenticidade. Essas características garantem o valor e a utilidade dos documentos como provas e fontes de informação (Aldabalde, 2018).

A Arquivologia representa um dos ramos do saber científico que trata da gestão de documentos com finalidade probatória nas organizações, sendo uma área dotada de sua própria terminologia, teorias, metodologias, legislação e procedimentos. E, para isso se faz necessário compreender o contexto de produção dos documentos e os tipos de documentos que são produzidos e recebidos, haja vista que é a maneira como os arquivos se formam.

Os documentos possuem significado quando estão ligados ao contexto em que foram criados, devem representar a estrutura e as tarefas da entidade responsável por sua criação, pois refletem suas atividades operacionais e suas metas. Essa é a essência da teoria de fundos, que direciona a organização dos arquivos (Bellotto, 2004).

A tipologia documental abarca o estudo dos tipos de documentos, que refletem a atividade da organização, o que colabora com a organização e classificação dos documentos, de acordo com suas particularidades e utilidades. Bellotto (2002, p. 19), define que “A Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades de entidade geradora/acumuladora”.

Bellotto (2006) explica que a Diplomática tem como foco principal a estrutura interna do documento para garantir sua autenticidade. Já a Tipologia documental, por outro lado, visa estudar o documento como parte de um conjunto orgânico, da mesma espécie documental, composta por documentos relacionados à mesma atividade. Portanto, um conjunto uniforme de ações é representado por um conjunto uniforme de documentos, todos com validade e eficácia semelhantes.

Para Bellotto (2006) cada tipo de documento possui um protocolo diplomático específico, confere valor jurídico ao teor. Dependendo de como é transmitido impacta, mesmo que de maneira distinta, nas várias maneiras que as obrigações, direitos e deveres entre Estado e o cidadão assumem.

Bellotto (2006) esclarece que a Diplomática se concentra na espécie documental, e a Tipologia Documental se estende à Arquivologia, trata do tipo de documento, definindo a estrutura que a espécie documental adquire, de acordo com a atividade que a produziu. Conforme afirma Bellotto (2006, p. 52):

[...] o objeto da Tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Utiliza-se a mesma construção diplomática para assinalar o registro do que se quer dispor ou do que já foi cumprido sobre a mesma função. Por isso mesmo, a Tipologia pode ser chamada de Diplomática Arquivística ou, melhor ainda, de Diplomática Contemporânea.

Os tipos de documentos demonstram as diversas maneiras de gerenciar os documentos em uma organização, influenciando no plano de classificação dos documentos, refletindo nos prazos de guarda, na própria organização física, dentre outras atividades arquivísticas. Nesse sentido, é relevante identificá-los, levantá-los, estudá-los para definição das *práxis* mais adequadas. E, para isso é essencial compreender o órgão produtor dos documentos.

3 Arquivos eclesiásticos da Igreja Católica

Segundo Boff (2017) a Igreja Católica além de ser uma instituição religiosa, sempre teve um papel significativo, promovendo a solidariedade e atuando como mediadora em questões políticas, educacionais e humanitárias. Sendo assim, se mantém como uma instituição de

relevância mundial, a qual contribui para a formação de identidades e fortalece o tecido social, possuindo um papel central nas formações históricas, culturais e espirituais.

A história da Igreja Primitiva, 5 a.C. – 590 d.C. teve início com a demonstração da transição da Igreja dos Apóstolos para a antiga Igreja Católica, e os primeiros passos em direção ao sistema Católico Romano. As atividades se concentravam na região do Mediterrâneo, abrangendo territórios da Ásia, África e Europa. A Igreja atuava inserida na cultura da civilização greco-romana e no cenário político do Império Romano (Hurlbut, 2002).

No que se refere a história da Igreja Medieval (590 d.C. – 1517), suas principais ações se deslocaram do sul para o norte e oeste da Europa, especificamente para as regiões próximas ao Oceano Atlântico. Enfrentando os movimentos migratórios das tribos germânicas, a Igreja Medieval dedicou-se a convertê-las ao cristianismo e integrar a cultura greco-romana com as tradições germânicas.

Tendo como marco o ano de 1517, a história da Igreja Moderna teve crises que resultaram na formação das Igrejas Protestantes oficiais e na propagação global da fé cristã através das missões do século XIX. Ainda na idade da Igreja Moderna, embora, a Igreja tenha tido muitos bispos devotos, eruditos e que promoviam ações benéficas, havia também aqueles que levavam uma vida de ostentação, como príncipes, servidos por uma vasta comitiva. Suas nomeações não eram motivadas pelo interesse da comunidade eclesiástica, mas sim por questões de nepotismo, favorecendo familiares para ocuparem cargos eclesiais, ou por práticas de simonia, que envolvem a compra e venda de sacramentos, propriedades religiosas e posições sagradas (Daniel Rops, 1988).

Ao longo da história, a Igreja empregou vários mecanismos de controle informativo para manter o poder social, mas sempre foi uma importante fonte de conhecimento, especialmente em tempos em que o acesso a livros e outros meios informacionais era restrito a indivíduos ricos ou religiosos (Araújo; Fachin, 2015). O histórico da Igreja Católica e suas atividades, geram documentos, os quais formam os arquivos eclesiásticos, fonte inesgotável de pesquisa, uma ferramenta que possibilita à Igreja Católica manter viva a sua história.

Os arquivos eclesiásticos são essenciais para a preservação e manutenção de documentos históricos relacionados às instituições religiosas, que fornecem informações valiosas sobre a história, crenças de práticas e diversas organizações religiosas. Para Bellotto (2006, p. 255) os arquivos eclesiásticos fazem parte dos arquivos sociais, os quais “[...] abrangem um grande número de arquivos importantes [...]”.

Para Tognoli e Ferreira (2017), os arquivos eclesiásticos são significativos, pois documenta acontecimentos e fatos que estão além dos interesses da Igreja como geradora de documentos, mas que também tem impacto na sociedade. Embora esses sejam de natureza inerentemente privada, possuem uma profunda importância social, o que os tornam, em determinadas situações, documentos de interesse público. É importante salientar, que os documentos eclesiásticos contemplam todas as Igrejas (religiões), mas nesta pesquisa, o foco é a Igreja Católica.

3.1 Código de Direito Canônico

A origem do Código Canônico foi fortemente influenciada pela combinação de princípios teológicos, tradições legais romanas e a dinâmica sociopolítica das primeiras comunidades cristãs (Moreira, 2015).

O Direito Canônico teve origem dentro da Igreja como um recurso essencial para sua estrutura normativa e até mesmo para sua afirmação como influência difusora e impulsionadora do pensamento do Ocidente, pelo menos até o término da Idade Média (Leite Neto, 2023).

Valentim (2019) explica que,

O Direito Canônico remonta as origens do Cristianismo: é um direito consuetudinário que se refere diretamente à Igreja Católica, positivando aquilo que ela já tinha como valores, tradições e Sacramentos, compondo sua afirmação no meio social.

Com o surgimento da aplicação do Direito Canônico em diferentes ambientes, tanto religiosos quanto seculares, foram estabelecidos os fundamentos para os sistemas jurídicos atuais. O Direito Canônico não só acompanhou seu desenvolvimento, como também consolidou sua relevância como integrante do sistema jurídico abrangente da Igreja, resultando na elaboração de documentos, que posteriormente dariam origem ao Corpus Juris Canonici ⁽¹⁾ (Mendes; Azevedo,

ROSA, Isabel Vargas; ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio de. Arquivos Eclesiásticos: levantamento dos tipos de documentos sacramentais da Igreja Católica. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol.19, publicação contínua, 2025, e025037. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2025.v19.e025037>.

2021). Através dessas transformações, o Direito Canônico não apenas se ajustou às exigências da Igreja, como influenciou as bases das práticas jurídicas contemporâneas.

Essa abordagem histórica lança luz não apenas sobre a autodefinição da Igreja como uma entidade soberana, como suscita questionamentos importantes sobre a interação entre os sistemas legais religiosos e seculares na atualidade. De modo geral, o conhecimento básico sobre a formação inicial do Direito Canônico, também abre portas para futuras pesquisas que podem aprimorar a compreensão de sua constante evolução e importância nos contextos eclesiais e sociais contemporâneos, tendo em vista a área da Ciência da Informação.

Assim, o papel significativo da documentação eclesial vai além do valor primário da Igreja, muitos documentos produzidos têm um valor probatório e informativo, que detalham a história da sociedade em que a Igreja está inserida.

Dessa maneira, percebe-se que os documentos da Igreja são semelhantes a outras instituições privadas, na medida em que produzem registros, no decorrer de suas atividades, constituindo arquivos. Para esta pesquisa, foram consideradas as atividades relacionadas aos Sacramentos da Igreja Católica, regidos pelo Código de Direito Canônico (CDC), a saber: Do Batismo, Do Sacramento Da Penitência, Da Santíssima Eucaristia, Do Sacramento da Confirmação, Do Sacramento Da Unção dos Doentes, Da Ordem e Do Matrimônio.

3.3 Do Batismo

Para Aquino (2013) os sacramentos são importantes na vida do ser humano, porque são ocasiões em que a dependência e a conexão com o Absoluto se tornam mais evidentes, ou em que essa ligação se intensifica e se torna mais clara. Essa relação simbólica pode, portanto, ser observada em cada um dos sacramentos. Menezes (2022, p. 174), cita que “[...] o Batismo é um dos rituais centrais do Cristianismo”.

A celebração do Batismo ocupa um papel de destaque na vida das pessoas cristãs, porque é por ele que o ser humano inicia sua vida espiritual. Conforme explica o Cân. 849,

Cân. 849 — O baptismo, porta dos sacramentos, necessário de facto ou pelo menos em desejo para a salvação, pelo qual os homens são libertados dos pecados, se regeneram como filhos de Deus e, configurados com Cristo por um

carácter indelével, se incorporam na Igreja, só se confere validamente pela ablução de água verdadeira com a devida forma verbal (CDC, 1983, p. 155).

A família cristã entende que o Batismo significa obedecer aos mandamentos da Igreja, isto é, os mandamentos de Cristo. O Batismo contribui para que os cristãos sejam ativos na Igreja, o qual o faz com que eles tenham ligações forte com Deus. O CDC (1983) não cita quais documentos são necessários para se batizar.

Para se batizar basta procurar uma igreja, conforme explica o Bispo Dom Fernando Mason (2014) “Todas as pessoas que procuram a Igreja pedindo o Batismo para si ou para seus filhos devem ser acolhidas com amor e orientadas com clareza”.

Somente em duas situações o pedido do batismo é negado,

Se a pessoa solicitante já tiver sido validamente batizada; por exemplo, em uma das outras igrejas cujo batismo é considerado válido pela Igreja Católica, em caso de dúvida, que persista mesmo após cuidadosa investigação, o batismo seja conferido “sob condição” (C.D.C. Cân. 869).

Se não houver expectativa razoável quanto à formação cristã Católica do batizando (no caso do batismo de crianças) (Dom Fernando Mason, 2014).

O Batismo é um sacramento fundamental na vida dos fiéis, pois representa não só a purificação espiritual, mas sua inclusão na comunidade de fé. Simboliza um novo começo, um compromisso com os ensinamentos de Cristo e fortalece os laços da pessoa com a Igreja e com Deus.

3.4 Do Sacramento da Penitência - Reconciliação

A Penitência é conhecida como confissão, e quer dizer declaração e reconhecimento, conforme explica De Fiore (2014). A confissão permite que o fiel se reconcilie com Deus, indo até a Igreja e confessando seus pecados a um sacerdote. Esse sacramento envolve arrependimento, confissão, absolvição e a prática de uma penitência.

Segundo o Cân. 916:

Cân. 916 — Quem estiver consciente de pecado grave não celebre Missa nem comungue o Corpo do Senhor, sem fazer previamente a confissão sacramental, a não ser que exista uma razão grave e não tenha oportunidade de se confessar;

neste caso, porém, lembre-se de que tem obrigação de fazer um acto de Contrição perfeita, que inclui o propósito de se confessar quanto antes (CDC, 1983, p. 165).

Para a Igreja Católica, ao realizar o sacramento da Penitência, o sacerdote desempenha a função de um Pastor que resgata a pessoa que se perdeu. Logo, o sacerdote representa e serve como meio do amor misericordioso de Deus, em relação ao pecador.

A confissão é o segundo sacramento realizado pelos fiéis da Igreja Católica, geralmente é exercido antes do Sacramento da Eucaristia, sendo bastante relevante, no momento em que uma pessoa fica muito doente, correlacionando o Sacramento da Penitência ao Sacramento da Unção dos Doentes, conhecida também como Unção dos Enfermos.

3.5 Da Santíssima Eucaristia

A Eucaristia, também conhecida como Primeira Comunhão, representa a presença de Jesus Cristo através do pão e do vinho consagrados. É celebrada durante a missa e é considerada sacramento central da fé católica.

Conforme o Cân. 897:

Cân. 897 — O augustíssimo Sacramento é a santíssima Eucaristia, na qual o próprio Senhor Jesus Cristo se contém, se oferece e se recebe, e pela qual continuamente vive e cresce a Igreja. O Sacrifício eucarístico, memorial da morte e ressurreição do Senhor, em que se perpetua através dos séculos o Sacrifício da Cruz, é a culminância e a fonte de todo o culto e da vida cristã, pelo qual se significa e se realiza a unidade do povo de Deus e se completa a edificação do Corpo de Cristo. Os demais sacramentos e das obras eclesiais de apostolado relacionam-se com a santíssima Eucaristia e para ela se ordenam (CDC, 1983, p. 163).

Nota-se, para que a Santíssima Eucaristia seja recebida, é necessário que os fiéis possuam um conhecimento suficiente sobre o sacramento e uma preparação que lhes permitam compreender, de acordo com sua capacidade, o ministério de Cristo. Isso visa garantir que a recepção do sacramento seja realizada com fé e devoção, reforçando o princípio de que a Eucaristia exige uma compreensão adequada do seu significado.

Perante a Igreja Católica, a Eucaristia é o terceiro sacramento a ser realizado e envolve os ritos e cerimônias da celebração eucarística. O artigo 3, do Cân. 928, relata como é realizada a cerimônia, “[...] realize-se a celebração eucarística na língua latina ou em outra língua, contanto

que os textos litúrgicos estejam legitimamente aprovados” (CDC, 1983, p.167). Após o cristão realizar a Primeira Comunhão (Eucaristia), celebra-se o Sacramento da Confirmação, mais conhecida como Crisma.

3.6 Do Sacramento da Confirmação – Crisma

O sacramento da Confirmação (Crisma), geralmente é administrada após a Eucarística, é o momento em que o fiel fortalece sua fé e confirma seu compromisso com a Igreja Católica. Conforme o Cân.880:

Cân. 880 — § 1. O sacramento da confirmação é conferido mediante a unção da crisma na fronte, a qual se realiza pela imposição da mão e pelas palavras prescritas nos livros litúrgicos aprovados. § 2. A crisma a utilizar no sacramento da confirmação deve ser consagrado pelo Bispo, ainda que o sacramento seja administrado por um presbítero (CDC, 1983, p. 160).

A partir deste Cân. é possível compreender que a confirmação é um rito que simboliza o fortalecimento do cristão na fé, dando a força para viver como membro na Igreja Católica e agir como testemunha de Cristo.

Aquino (2013) sintetiza argumentos que demonstram que o termo “sacramento” pode ser compreendido em vários sentidos: aquilo que possui em si uma santidade oculta pode ser chamado de sacramento, além disso, o que está relacionado à santidade também pode receber essa denominação, seja por causalidade, por ser um sinal ou por outra relação. O autor destaca que o sacramento é um sinal de uma realidade sagada, na medida em que santifica os homens e os conduz à perfeição da vida espiritual.

A Confirmação fortalece o fiel, proporcionando a plenitude da graça e capacitando-o para enfrentar os desafios da vida cristã como membro ativo da Igreja e testemunha de Cristo no mundo.

3.7 Do Sacramento da Unção dos doentes

A Unção dos doentes, também conhecida como Unção dos Enfermos, trata-se de um dos Sacramentos destinado a confortar e fortalecer os fiéis em estado de doença grave ou em perigo próximo da morte.

Segundo o Cân. 998:

Cân. 998 — A unção dos doentes, pela qual a Igreja encomenda ao Senhor, sofredor e glorificado, os fiéis perigosamente doentes, para que os alivie e salve, confere-se ungindo-os com o óleo e proferindo as palavras prescritas nos livros litúrgicos (CDC, 1983, p. 177).

Essa ação litúrgica confia os doentes ao Cristo sofredor, e glorificado, implorando pela sua cura e salvação. É um ato de fé e intercessão que abrange tanto o lado espiritual, quanto o físico do enfermo. Cabe destacar que esse sacramento não é apenas uma preparação para a morte, mas um momento de cura e esperança, a fim de fortalecer o enfermo para enfrentar a doença.

A confissão também é importante quando o fiel se encontra doente, correlacionando o Sacramento da Penitência ao Sacramento da Unção dos enfermos.

3.8 Da Ordem

Para a Igreja Católica é por meio do Sacramento da Ordem, estabelecido por vontade divina, que alguns membros da comunidade de fiéis, tornam-se ministros sagrados, ou seja, são dedicados e designados para cuidar dos cristãos, exercendo em nome de Cristo, as funções de ensinar, santificar e liderar, conforme explica o Cân. 1008 do CDC:

Cân. 1008 — Mediante o sacramento da ordem, por instituição divina, alguns de entre os fiéis, pelo carácter indelével com que se assinalam, são constituídos ministros sagrados, isto é, são consagrados e deputados para que, segundo o grau de cada um, apascentem o povo de Deus, desempenhando na pessoa de Cristo Cabeça ⁽²⁾ as funções de ensinar, santificar e reger (CDC, 1983, p. 178-179).

O Sacramento da Ordem integra os sete sacramentos reconhecidos e praticados pela Igreja Católica. Diferentemente dos demais sacramentos, a Ordem possui três níveis: o episcopado, que é a origem comum dos outros dois: o presbiterado e o diaconado. Os três níveis estão no CDC no Cân. 1009.

Cân. 1009 — § 1. As ordens são o episcopado, o presbiterado e o diaconato. § 2. Conferem-se pela imposição das mãos e pela oração consecratória, que os livros litúrgicos prescrevem para cada grau (CDC, 1983, 179).

O Presbiterado, são chamados de ministros da Igreja “A diaconia ou diaconado é, então, um serviço de assistência “[...] está destinado, antes de tudo, ao serviço litúrgico da Igreja” (Dom

Volodemer Koubetch, 2015, p. 12). Já o Sacerdócio são pessoas que conseguem chegar até Deus e se sacrificam para ajudar outras pessoas.

Sacerdócio confere aos fiéis a missão e o poder de servir a Igreja como diáconos, padres ou bispos. Através disso, os sacerdotes são capacitados para administrarem outros sacramentos e a guiarem a comunidade. Vale ressaltar que, atualmente, somente fiéis do sexo masculino podem assumir tais papéis.

3.9 Do Matrimônio

O Matrimônio é considerado pela Igreja Católica, como o Sacramento pelo qual o homem e uma mulher se unem, prometendo fidelidade, amor e apoio mútuo.

Segundo o Cân. 1055:

Cân. 1055 — § 1. O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio íntimo de toda a vida, ordenado por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole, entre os batizados foi elevado por Cristo Nosso Senhor à dignidade de sacramento (CDC, 1983, p. 186).

Nesse sentido, a mútua ajuda, compromisso e crescimento pessoal dos esposos, refletem o bem-estar e a felicidade do casal. O Papa João Paulo II, destaca que o relacionamento conjugal deve ser vivido em amor e respeito mútuo, contribuindo para o aperfeiçoamento humano e espiritual dos cônjuges (João Paulo II, 1981). Assim como o Catecismo da Igreja Católica reforça que os filhos são um dom do Matrimônio e que os cônjuges têm a missão de educá-los na fé (CDC, 1997).

A pesquisa e a exposição em torno dos Sete Sacramentos da Igreja Católica propiciaram a compreensão do contexto e do tempo em que os fiéis podem vivenciá-los, colaborando com o percurso metodológico que a pesquisa perpassou.

4 Metodologia

Conforme aponta Gil (2022, p. 16) “[...] a metodologia é um dos principais elementos do processo investigativo, pois permite a construção do conhecimento de forma sistemática e organizada”. Essa importância se reflete tanto na seleção do tipo de pesquisa quanto nos

procedimentos técnicos empregados, os quais precisam estar alinhados com a natureza e os objetivos do estudo.

Nesse sentido, esta pesquisa é de natureza qualitativa, conforme definem Marconi e Lakatos (2022, p. 302) “[...] é o estabelecimento de um ou mais objetivos e a seleção criteriosa de informações”, a qual fornece para o pesquisador autonomia para decidir qual método e teoria serão utilizados em seu estudo. Com relação aos objetivos é do tipo exploratória e descritiva, a pesquisa exploratória envolve “[...] um passo para formulação de hipóteses que são testadas no trabalho, portanto, para os autores essa pesquisa tem por objetivo descobrir uma nova percepção dos fenômenos” (Cervo; Bervian; Silva, 2006, p. 11).

No que se refere aos métodos de pesquisa, a fim de responder o objetivo geral desta pesquisa, foi necessário a intersecção de três métodos de pesquisa: análise documental, pesquisa de campo e pesquisa participativa, além de levantamento bibliográfico fundamental a todas as pesquisas. Para Cervo, Bervian e Silva (2006, p. 62) “[...] na análise documental, são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”.

Ao passo que, a pesquisa de campo consiste em um levantamento ou análise de situações específicas (Cervo, Bervian e Silva, 2006). Já a pesquisa participativa é um método utilizado que requer a presença do pesquisador no local, grupo ou cultura em que o ambiente ou pessoas fazem parte do processo de investigação, aqui caracterizada pelo uso dos documentos do acervo pessoal de uma das autoras.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de exame minucioso da literatura, abrangendo livros, periódicos e outros materiais escritos, que servem como recursos para estudo e leitura (Fachin, 2017). Matias-Pereira (2016, p. 71) expõe que “[...] no levantamento bibliográfico deve constar, prioritariamente, livros, teses, monografias e artigos de periódicos científicos encontrados nas bibliotecas universitárias”. O intuito da pesquisa bibliográfica é buscar soluções para as questões levantadas, utilizando como ferramenta a consulta a documentos bibliográficos (Cervo, Bervian e Silva, 2006).

Com esses procedimentos metodológicos, a partir da problemática estabelecida, foi possível criar estratégias e etapas para atingir o objetivo estabelecido para esta pesquisa.

5 Análise e Apresentação dos Resultados

5.1 Levantamento bibliográfico

Foram consideradas três bases de dados nesta pesquisa: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os critérios estabelecidos para seleção de artigos válidos para compor o *corpus* teórico desta pesquisa foram: palavras-chave: Arquivos eclesiásticos, Arquivos eclesiásticos *and* Tipos de documentos e Tipos de documentos eclesiásticos. Não foi estabelecido um recorte temporal, a fim de ampliar os resultados e não teve limitação de idioma. Para os artigos que retornaram das buscas, foram analisados o título, o resumo e as palavras-chaves, para verificar a aderência à pesquisa. Na sequência, foi realizada a leitura dos trabalhos elegíveis para ampliar a compreensão sobre a temática e identificar contribuições para o referencial teórico. Os resultados estão apresentados no Quadro 1 – “Resultados da Pesquisa Bibliográfica”.

Quadro 1 – Resultados da Pesquisa Bibliográfica

Base de Dados	Resultados da Pesquisa	Artigos válidos	Referência
SciELO	0	-	-
BRAPCI	12	1	Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico, do autor: Santos (2007).
BDTD	20	1	Acesso e memória: a informação nos arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife de Queiroz (2011).

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2025

O objetivo do artigo de Santos (2007) foi explanar a situação dos fundos documentais arquivísticos, considerando as primeiras prelazias e dioceses brasileiras fundadas entre os anos de 1551 e 1854. Santos (2007) discute o surgimento da organização e as características dos arquivos eclesiásticos. Além disso, evidencia sua importância pastoral, pois os registros eram utilizados

para controle social da população, demonstrando como a Igreja é importante para a sociedade. Uma parte de destaque do artigo aborda os obstáculos à preservação desses documentos, considerando o impacto das condições climáticas, a insuficiência dos métodos de arquivamento e a ausência de políticas públicas eficazes até o século XIX (Santos, 2007).

Em relação a dissertação de Queiroz (2011) - Acesso e memória: a informação nos arquivos da arquidiocese da Paraíba e de Olinda/Recife, a pesquisa realizou uma análise comparativa entre os arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/ Recife, focando nos processos de acesso à informação e construção da memória. A metodologia inclui o diagnóstico das condições dos arquivos, com base nas normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), envolvendo questionários estruturados e entrevistas com notários. O estudo abrangeu aspectos como estrutura física, acessibilidade, recursos humanos e catalogação (Queiroz, 2011).

Os resultados mostram um contraste bem-organizado e alinhado às diretrizes da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, o de Pernambuco apresentava uma situação precária, com sérias lacunas em organização e acessibilidade (Queiroz, 2011). Essa descoberta, destacou a necessidade de políticas mais uniformes e investimentos para garantir a preservação e o acesso aos documentos, reforçando o papel essencial dos arquivos eclesiásticos na manutenção da memória cultural e na disponibilidade de informações históricas relevantes (Queiroz, 2011).

A pesquisa bibliográfica ressaltou a carência de literatura envolvendo as temáticas arquivos eclesiásticos e tipos de documentos, com isso espera-se que esta pesquisa possa contribuir e fomentar demais pesquisas.

5.2 Análise Documental

A análise do Código do Direito Canônico possibilitou a compreensão de como a Igreja Católica fundamenta e organiza seus sacramentos, com ritos bem delimitados, que fornecem aos sacerdotes e fiéis direções sobre que caminho seguir, bem como foi possível identificar as espécies e tipos de documentos presentes em cada Sacramento. Essa identificação aconteceu a partir da leitura do CDC, tendo em vista os capítulos de cada Sacramento. Os resultados foram:

- **Batismo I – Cân 850:** Livros Litúrgicos aprovados e Livros de Batismo

- **Eucaristia Art.3 – Cân. 928:** Normas prescritas nos Livros Litúrgicos, Leis Litúrgicas, Textos dos aprovados, Normas Litúrgicas, Decreto, Certificado, Livro respectivo, Livro especial.
- **Do Sacramento da Confirmação I – Cân. 880 § 1:** Livros dos Batismo.
- **Unção dos Enfermos:** Nada consta
- **Sacramento da Penitência Cân. 964:** Normas Litúrgicas, Normas das Constituições do Poder Executivo de Governo, prescritos no Cân. 630, Leis peculiares.
- **Ordem – Cân. 1009:** Livros litúrgicos, Cartas Demissórias legítimas, Documentos referidos no Cân 1050 certificado dos estudos e certificado da recepção do diaconato, Pedido escrito pela própria mão e assinado, Declaração escrita pela própria mão e assinada, Certificado dos estudos e Certificado da recepção do diaconato, Certidão da recepção do Batismo e da Confirmação, Certificado da celebração do Matrimônio e do consentimento da esposa, Cartas testemunhais, Livro especial da Cúria, Livro do Baptismo.
- **Do Matrimônio Cân. 1055:** Contrato matrimonial, Documento autêntico, Livro dos Matrimônios, Procuração ser válida ou documentos autênticos, Procuração, Livros Litúrgicos, Livro de Matrimônio e Curia da Paróquia, Livro dos Batismos, Livro do Matrimônio e dos Batismos, Livro especial da Cúria.

Destaca-se o Sacramento da Unção dos enfermos, como o único Sacramento que não é citado nenhum tipo de documento, pois trata-se de uma bênção e não existe registro documental para tal. Apesar da quantidade de documentos localizados no CDC, percebeu que há uma lacuna de documentos, uma vez que a pesquisadora é pertencente à Igreja Católica e já recebeu alguns sacramentos. Diante disso, foi necessário acrescentar a Pesquisa de campo, a fim de investigar em uma Igreja Católica mais tipos de documentos.

5.3 Pesquisa de Campo

O universo da pesquisa é uma Igreja Católica Apostólica Romana, da cidade de Londrina, no Estado do Paraná e os tipos de documentos identificados foram obtidos *in loco*, com a Secretaria da Igreja em questão, que prontamente cedeu uma relação com os tipos de documentos necessários para receber os Sacramentos. Vale destacar que, esse tipo de informação é pública e qualquer fiel que desejar e tiver apto a receber um Sacramento da Igreja Católica pode acessar essas informações:

- **Batismo:** Comprovante de nascimento, Comprovante de residência, Curso de preparação para o Batismo, pais e padrinhos e Autorização do pároco da paróquia onde residem, caso os pais pertençam a outra paróquia.
- **Eucaristia:** Certidão de Nascimento e Certidão de Batismo.
- **Confirmação:** Comprovante de residência e Curso de preparação para o Baptismo, pais e padrinhos. Autorização do pároco da paróquia onde residem, caso os pais pertençam a outra paróquia.
- **Ordem:** Certidão de Batismo, Certidão da Crisma, Certificado do Curso de Filosofia, Certificado do Curso de Teologia, Pedido de Admissão às Sagradas Ordens, Rito Leitorado ⁽³⁾, Rito de Acolitato ⁽⁴⁾, Ordenação Diaconal e Ordenação Presbiteral.
- **Matrimônio:** Os seguintes documentos dos noivos: Certidão de Nascimento, Certidão de Nascimento, Certidão de Batismo e Comprovante de residência; Edital de Proclamas; Dados das testemunhas, Entrevista e Dispensa/Licença.

Nota-se que mais tipos de documentos foram identificados para cada Sacramento, com exceção do Sacramento da Unção dos enfermos e da Penitência. A Penitência apesar de ter tipo de documento identificado no CDC, também é uma espécie de bênção recebida, não gerando registro de tal ação.

5.4 Pesquisa Participativa

Apesar da pesquisa de campo ter elucidado mais tipos de documentos, foi preciso percorrer mais um método de pesquisa, a fim de identificar quais documentos são produzidos pela Igreja Católica e entregues como comprovante aos fiéis, minimizando possíveis lacunas de tipos de documentos contemplados em cada Sacramento. O método selecionado foi a Pesquisa participativa, que possibilita a inserção de pesquisadores nesse processo. Assim, a trajetória da vida cristã católica de uma das pesquisadoras contribui significativamente com a pesquisa, pois foram utilizados documentos do seu acervo pessoal, produzidos pela Igreja Católica nas atividades sacramentais.

Os sacramentos e documentos recebidos foram:

- **Batismo:** Certidão de Batismo
- **Eucaristia:** Certidão da Primeira Comunhão
- **Crisma:** Certidão da Crisma
- **Matrimônio:** Certidão de Matrimônio

Por vezes, foi recebido o Sacramento da Penitência, no entanto não é produzido nenhum tipo de documento para esse Sacramento. Nota-se que a espécie documental recebida “Certidão” é a mesma para todos os Sacramentos sendo qualificada pelo Sacramento, ou seja, a sua função, formando o tipo de documento.

5.5 Apresentação dos Tipos de Documentos dos Sacramentos

A Metodologia de pesquisa estabelecida foi fundamental para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa “Identificar os tipos de documentos sacramentais da Igreja Católica, a fim fomentar as pesquisas sobre arquivos eclesiais”. Para isso, foi preciso combinar a Pesquisa bibliográfica, a Análise documental no Código de Direito Canônico, a Pesquisa de campo em uma Igreja Católica e a Pesquisa Participativa, a fim de identificar o maior número de tipos de documentos.

Com isso, foi possível construir o Quadro 2, no qual apresenta todos os tipos de documentos identificados nesta pesquisa, considerando a pesquisa documental, a pesquisa de campo e a pesquisa participativa.

Quadro 2 – Espécies e Tipos de documentos sacramentais da Igreja Católica

Sacramento	Tipos de Documentos Sacramentais
Batismo	1. Livros litúrgicos aprovados 2. Livros dos Baptismos 3. Comprovante de Nascimento 4. Comprovante de residência 5. Comprovante de Curso de preparação para o Batismo, dos pais e padrinhos 6. Autorização do pároco da paróquia onde reside, caso os pais pertençam à outra paróquia 7. Certidão de Batismo
Eucaristia	1. Normas prescritas nos livros litúrgicos 2. Leis litúrgicas 3. Textos dos aprovados 4. Normas litúrgicas 5. Decreto 6. Certificado 7. Livro respectivo 8. Livro especial 9. Certidão de Nascimento 10. Certidão de Batismo 11. Certidão da Primeira Comunhão
Confirmação/Crisma	1. Livros dos Baptismos 2. Comprovante de residência 3. Curso de preparação para o Batismo, pais e padrinhos 4. Autorização do pároco da paróquia onde residem, caso os pais pertençam a outra paróquia 5. Certidão de Crisma
Unção dos enfermos	Nada consta
Penitência	1. Normas litúrgicas 2. Normas das constituições, do Poder Executivo de Governo, prescrito no cân.630 3. Leis peculiares.

Ordem	1. Livros litúrgicos 2. Cartas demissórias 3. Cartas demissórias legítimas 4. Certificado dos estudos 5. Certificado da recepção do diaconato 6. Pedido escrito pela própria mão e assinado 7. Declaração escrita pela própria mão e assinada 8. Certidão da recepção do batismo 9. Certidão da confirmação 10. Certificado da celebração do matrimônio e do consentimento da esposa 11. Cartas testemunhais 12. Livro especial da cúria 13. Livros do Batismo
Matrimônio	1. Contrato matrimonial 2. Livro dos matrimônios 3. Livros litúrgicos 4. Livro de matrimônio e cúria da paróquia 5. Livro dos batismos 6. Livro do matrimônio e dos batismos 7. Livro especial da Cúria 8. Edital de Proclamas 9. Certidão de nascimento da noiva 10. Certidão de nascimento do noivo 11. Certidão de Batismo da Noiva 12. Certidão de Batismo do noivo 13. Certificado do Batismo da noiva 14. Comprovante de residência 15. Dados das testemunhas 16. Roteiro de Entrevista 17. Dispensa/Licença 18. Certidão de Matrimônio

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025

O Quadro 2 demonstra a variedade dos 57 documentos identificados, entre espécie documental e tipo de documento, procedentes dos sacramentos da Igreja Católica. Para o arquivista, conhecer os tipos de documentos é um dos primeiros passos para o gerenciamento de um arquivo, pois traz um riquíssimo conhecimento sobre o órgão produtor, por isso esses resultados são contributivos à Arquivologia.

O Quadro 2 reúne os documentos produzidos e recebidos de cada atividade sacramental, possibilitando uma visão orgânica. Como os sacramentos acontecem de uma maneira evolutiva, alguns tipos de documentos podem se repetir em mais de um sacramento, como é o caso da certidão de batismo, porém é necessário citar sua ocorrência, devido a atividade/sacramento ser outro.

Espera-se com esse resultado propiciar aos arquivistas e pesquisadores da temática uma base sólida dos tipos de documentos sacramentais da Igreja Católica.

6 Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os tipos de documentos provenientes dos Sacramentos da Igreja Católica, a fim de fomentar as pesquisas sobre arquivos eclesiásticos, observando que o universo acadêmico tem sido pouco explorado quanto a essa temática. Portanto, devido a essa lacuna foram encontrados apenas dois artigos considerados válidos, o que evidencia que esta pesquisa pode contribuir satisfatoriamente para o avanço e ampliação do debate em arquivos eclesiásticos na área da Arquivologia.

Os métodos de pesquisa aplicados propiciaram a identificação de 57 documentos, entre espécie documental e tipo de documento provenientes dos sacramentos da Igreja Católica, considerando os documentos produzidos e recebidos. A relevância desse trabalho não se limita somente à registros dos documentos, mas também à valorização do patrimônio informacional da Igreja, promovendo uma maior consciência sobre a importância dos arquivos eclesiásticos no campo da Arquivologia.

Notas

- (1) Corpus Juris Canonici – Corpo de Direito Canônico
- (2) Identificar Cristo como a cabeça da Igreja denota que ele tem senhorio soberano e autoridade suprema sobre ela
- (3) Rito Leitorado - é a ordem na Igreja Católica que permite a uma pessoa ler a Palavra de Deus na missa e em outros atos litúrgicos
- (4) Rito Acolitato - acólitos são aqueles fiéis designados para o serviço do altar, auxiliando o diácono, o presbítero e o bispo.

Referências

- ALDABALDE, Taiguara Vilela. Arquivos de Pessoa(s): um estudo sobre entendimentos e representações dos arquivos manuscritos na Casa Fernando Pessoa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 26, p. 1-55 e11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/HdsQrGtrthZSB744TR7HkfN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- AQUINO, Tomás de. **Suma teológica: os sacramentos: III Parte - questões 60-90: volume 9**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnribpcajpcglclefindmkaj/https://evangelizandocommaria.com.br/ Acesso em: 03 jan. 2025.
- ARAUJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463>. Acesso em: 09 jan. 2025.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica do documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, imprensa oficial, 2002. 120 p. (Projeto como fazer, 8). Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2017.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a41a16c8-2f80-49fe-91fc-b4a4d1cb5341/content>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 03 dez. 2024.
- CDC. **Código de Direito Canônico: promulgado por Sua Santidade o Papa João Paulo II**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

- CDC. **Código de Direito Canônico**: Promulgado por S.S. o papa João Paulo II versão portuguesa. 4. ed. rev. Lisboa: Apostolado da oração – Braga, 1983. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.
- DANIEL-ROPS. **A Igreja dos apóstolos e dos mártires**. São Paulo: Quadrante, 1988. (Volume I).
- DE FIORE, André Gustavo. **Penitência Em Crise, Sacramentos Em Crise?** Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 8, n. 14, p. 148- 170, jul./dez, 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/21559/15808>. Acesso em: 05 jan. 2025.
- DOM FERNANDO MASON, Bispo. **Normas diocesanas para os Sacramentos**. Diocese de Piracicaba, 16 de abril de 2014. Disponível em: https://diocesedepiracicaba.org.br/capa.asp?p=480&ref=orientacoes_e_normas_diocesanas_para_os_sacramentos. Acesso em: 18 dez. 2024.
- DOM VOLODEMER KOUBETCH. **Sacramento da Ordem**. Metrópolia, 2015. Disponível em: <https://metropolia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Sacramento-da-Ordem.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2024.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.
- HURLBUT, Jesse Lyman. **História da Igreja Cristã**. 14. ed. São Paulo: Betânica, 2002.
- JOÃO PAULO II. **Familiaris Consortio: Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Missão da Família Cristã no Mundo de Hoje**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- LADISLAU, Fernanda Ferreira de Souza. **Análise tipológica dos documentos da atividade fim do Comitê de inclusão e a acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3VsCLlr>. Acesso em: 29 set. 2023.
- LEITE NETO, Antônio Teles. Sob a batuta de Roma: o Direito Canônico e sua influência no Direito de família brasileiro. **Ciências Jurídicas, Ciências Sociais**, v. 27, n. 118, 21 jan. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/sob-a-batuta-de-roma-o-direito-canonical-e-sua-influencia-no-direito-de-familia-brasileiro/>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

- MENDES, Andressa Santos; AZEVEDO, Gilson Xavier de. **A influência do direito canônico para o direito brasileiro**. Revista Recifaqui, v. 1, n. 11, p. 44-62, 2021. Disponível em: <https://recifaqui.faqi.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/52>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- MENEZES, Edivaldo Rocha de. **O ritual do batismo e as possibilidades da construção de identidade religiosa**. CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 34, p. 173–192, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/29280>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- MOREIRA, Wellington. Direito Canônico e a formação do Direito ocidental moderno. **JusBrasil**, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-direito-canonical-e-a-formacao-do-direito-ocidental-moderno/206901183>. Acesso em: 05 set. 2024.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.
- QUEIROZ, Anna Carla Silva de. **Acesso e memória: a informação nos arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife**. 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado em ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/3900/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- SANTOS, Cristian Oliveira. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/28/48>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo: C. M. S., 2012.
- SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador. **Informação & Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 38-61, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1994/1/2858-16718-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.
- TANUS, Gabrielle Francinne de S.C; RENAÚ, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 158-174, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/42362>. Acesso em: 05 fev. 2024.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da Silva. Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 7-28, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/13695>. Acesso em: 20 set. 2023.

VALENTIM, Klibiana Airam. **Origens do Direito Canônico e do Direito Eclesiástico e suas repercussões no direito brasileiro atual:** participação do Direito Canônico no direito brasileiro. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/origens-do-direito-canonical-e-do-direito-ecclesiastico-e-suas-repercussoes-no-direito-brasileiro-atual/622953513>. Acesso em: 09 jan. 2025.

Copyright: © 2025 ROSA, Isabel Vargas; ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio de. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Submetido: 23/07/2025

Aceito: 27/11/2025